

# Sobre montanhas mágicas

Se Thomas Mann tivesse conhecido Brasília antes de escrever "A Montanha Mágica", provavelmente teria se encantado mais com seus personagens do que com a fina flor dos doentes incuráveis que desfilam no pano de fundo do sanatório de Davos.

Essa cidade criada para fazer leis e dirigir um país tornou-se tão pródiga em escândalos que é difícil encontrar no palco algo além do impulso da crítica, ou o desejo da cumplicidade. Quem se aventurar a caminhar pelo meio, atrás da razão, pode parecer chapa-branca.

Por necessidade de fuga ou por desejo de mudar de agenda, ministros do Sr. Fernando Henrique Cardoso resolveram viajar, e chegaram em revoada ao Rio de Janeiro no fim da semana passada. Não que o Rio seja menos cruel no tratamento das figuras da corte. Além de venenos, o Rio é a capital do humor, uma arma terrivelmente mais destruidora do que a bÍlis derramada nos corredores do poder.

Um retrato razoável da busca de uma agenda diferente está no que disse o ministro Pedro Malan em sua passagem pelo **JORNAL DO BRASIL**. Ninguém lhe perguntou pela CPI dos bancos ou pelo seu irmão. Dele se quis saber, por exemplo, quando as empresas brasileiras terão condições de pagar dividendos, e quando os dividendos serão competitivos com os juros pagos pelos títulos públicos.

Se a agenda de Brasília repetisse insistentemente essa pergunta, a cultura brasileira avançaria em saltos quânticos. Com certeza avançaria muito mais do que se continuar gravitando em torno do umbigo do PMDB e do que esse partido acha de si mesmo, como recordista em imagens de corrupção.

O Sr. Pedro Malan foi claro na resposta. Há uma curva neste país, invisível na agenda política banal, que se chama "curva do aprendizado econômico". Os brasileiros viciaram-se em aplicar a poupança na renda fixa porque precisavam se proteger contra uma inflação desvairada. Toda velhinha de Taubaté sabe o que é o rendimento da poupança, mesmo que não saiba o que é juro real. Nesse cenário, as empresas correram para as "tetas do governo" atrás de juros subsidiados e esqueceram de cultivar a fidelidade dos acionistas.

Não existe fidelidade nenhuma entre o cidadão brasileiro e as empresas simplesmente porque nunca se criou aqui uma nação de acionistas. Não houve tempo para formar tal espécie de cultura. Todos sabem que no Brasil ganhava mais quem estivesse mais perto do poder, e não do mercado, e as burocracias estatais eram mais fiéis aos seus fundos de pensão que aos acionistas externos.

Esse país viciado e corporativo ainda existe. Mas se a inflação morrer definitivamente e as taxas de juros forem contidas em níveis baixos, os investidores voltarão a se interessar mais pelo lucro das empresas do que pela capacidade do governo para pagar juros astronômicos em títulos públicos.

O problema está no descompasso entre a velocidade de uma nova cultura econômica e de uma nova cultura política. Muitos dos reis e senhores que pontificam nas montanhas mágicas brasileiras, estejam elas em São Paulo, no Rio ou em Brasília, são reis do passado, nutridos nas tetas do governo ou em sonhos de poder com base no "quanto pior melhor".

A despeito de todos os erros cometidos o governo ainda conta, a seu favor, com a estabilidade que permite recriar uma cultura empresarial e de poupança. Quando a velhinha de Taubaté começar a perguntar pelo dividendo, e não pelo rendimento da renda fixa, o país terá mudado.

Quanto tempo será necessário para essa reciclagem, para aprofundar conceitos de eficiência, produtividade e respeito ao consumidor, para criar um país mais competitivo, menos corporativo, ninguém ainda sabe. Nem o Sr. Pedro Malan arrisca-se a dar um palpite. Posto contra a parede, talvez diga "três, quatro anos..." Talvez porque vacile sobre a capacidade do país para fugir a agendas banais como a do desenvolvimentismo versus monetarismo. Ou porque não confie no estoque de adrenalina política para terminar reformas indispensáveis, como a tributária e a fiscal.

Essa incerteza detectável naqueles que deveriam ser os condutores do processo de reciclagem cultural na economia brasileira deriva definitivamente da inconsistência do cenário político-partidário.

Governadores recusam uma lei de responsabilidade fiscal porque querem continuar irresponsáveis. Parlamentares recusam uma reforma política porque não querem se expor ao voto distrital, onde serão cobrados por resultados. E o palco que ainda rende mais dividendos é o do melhor discurso ou da melhor palhaçada em CPIs cujo destino é definitivamente a pizza.

Thomas Mann poderia ressuscitar em Brasília, para descrever a natureza da enfermidade que corrói o sistema político brasileiro e fazer a crítica da crítica. Não seria um trabalho fácil, considerando-se a complexidade com que interagem as agendas econômicas e políticas, tendo como pano de fundo uma "wolfiana" feira de vaidades.